instauração do procedimento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado na Delegacia Regional Tributária de Jundiái, situada na Av. Prof. Luiz Latorre, 4200, 2º andar, Vila das Hortências, Jundiái/SP, no horário de atendimento ao público, em dias úteis, das 9h às 16h30, durante o prazo para apresentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06

Núcleo Fiscal de Cobrança - DRT-16 Comunicado

Contribuinte: CLODOALDO APARECIDO GOMES MARQUES CPF 306.810.458-09 AIIM 4.124.889-2 de 06-06-2019 e-PAT - ITCMD

Nos termos do Artigo 9º da Lei 13.457/2009, fica o contribuinte NOTIFICADO que o Auto de Infração e Imposição de Multa em referência, encontra-se neste no Núcleo Fiscal de Cobrança de Jundiái (DRT/16 - NFC) após Ratificação do Delegado Regional Tributário de Jundiái.

Assim, fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento desta, para o pagamento do débito à vista, com os descontos previstos no Artigo 24 da Lei 10.705/2000, ou para apresentar pedido de parcelamento.

No caso de parcelamento do débito, o pedido deverá ser feito junto ao Posto Fiscal de sua jurisdição.

Ressaltamos ainda que para o processo em referência não cabe mais recurso na esfera administrativa.

Findo o prazo acima, o processo será encaminhado para inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança judicial, bem como para a elaboração da Representação Criminal, sem prejuízo da inclusão dos dados do contribuinte no CADIN ESTADUAL, conforme Lei 12.799, de 11-10-2008.

Vale lembrar que após a inscrição na Dívida Ativa não haverá mais descontos na multa e o débito ainda será acrescido dos Honorários Advocatícios em 20%. Além disso, conforme o artigo 16 da Lei Federal 8.137/90, poderá haver o encaminhamento ao Ministério Público de Notícia de Crime contra a Ordem Tributária.

Comunicado

Contribuinte: JOSIANE ISABEL GOMES MARQUES CPF 021.523.131-78 AIIM 4.124.892-2 de 06-06-2019 e-PAT - ITCMD

Nos termos do Artigo 9º da Lei 13.457/2009, fica o contribuinte NOTIFICADO que o Auto de Infração e Imposição de Multa em referência, encontra-se neste no Núcleo Fiscal de Cobrança de Jundiái (DRT/16 - NFC) após Ratificação do Delegado Regional Tributário de Jundiái.

Assim, fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento desta, para o pagamento do débito à vista, com os descontos previstos no Artigo 24 da Lei 10.705/2000, ou para apresentar pedido de parcelamento.

No caso de parcelamento do débito, o pedido deverá ser feito junto ao Posto Fiscal de sua jurisdição.

Ressaltamos ainda que para o processo em referência não cabe mais recurso na esfera administrativa.

Findo o prazo acima, o processo será encaminhado para inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança judicial, bem como para a elaboração da Representação Criminal, sem prejuízo da inclusão dos dados do contribuinte no CADIN ESTADUAL, conforme Lei 12.799, de 11-10-2008.

Vale lembrar que após a inscrição na Dívida Ativa não haverá mais descontos na multa e o débito ainda será acrescido dos Honorários Advocatícios em 20%. Além disso, conforme o artigo 16 da Lei Federal 8.137/90, poderá haver o encaminhamento ao Ministério Público de Notícia de Crime contra a Ordem Tributária.

Comunicado

Contribuinte: APARECIDO GASPARETTO CPF 168.368.318-83 AIIM 4.126.147-1 de 19-07-2019 e-PAT - ITCMD

Nos termos do Artigo 9º da Lei 13.457/2009, fica o contribuinte NOTIFICADO que o Auto de Infração e Imposição de Multa em referência, encontra-se neste no Núcleo Fiscal de Cobrança de Jundiái (DRT/16 - NFC) após Ratificação do Delegado Regional Tributário de Jundiái.

Assim, fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento desta, para o pagamento do débito à vista, com os descontos previstos no Artigo 24 da Lei 10.705/2000, ou para apresentar pedido de parcelamento.

SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS Delegacia Tributária de Julgamento 3 - Bauru Unidade de Julgamento - Araraquara Comunicado

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de ARARAQUARA que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista o recolhimento integral do débito fiscal reclamado.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Banco RCI Brasil S/A	62.307.848/0001-15	703802010	FLH-8935	Adriana Serrano Cavassano OAB/SP 196.162
Banco RCI Brasil S/A	62.307.848/0001-15	704033136	FUC-0955	Adriana Serrano Cavassano OAB/SP 196.162
Alco Benedito Caperucci	820.941.798-34	691640324	CPJ-7298	

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de ARARAQUARA que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na UJ ARARAQUARA.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Unibanco União de Bancos Brasileiros S/A	33.700.394/0001-40	695110792	AKW-0723	Adriana Serrano Cavassani OAB/SP 196.162
Ailton dos Santos Pohlmann	581.035.388-68	696637879	PAZ-8914	
Leonardo Martins de Oliveira	20.655.398/0001-01	695024723	POZ-5152	
Celio Correa	075.836.128-96	695151370	ANR-6094	Carlos Eduardo Sanchez OAB/SP 397.371

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de ARARAQUARA que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe recurso de ofício ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, nos termos do artigo 9º do Decreto 54.714 de 27-08-2009, tendo em vista que o montante do débito fiscal é inferior a 100 (cem) UFESPs por exercício.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Iesa Projetos Equipamento e Montagens S/A	29.918.943/0008-56	696906570	DWI-6733	Maurício Marques Possi OAB/SP 314.681

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de ARARAQUARA que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista a intempestividade da contestação apresentada.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Edivaldo Marcato	156.161.528-54	688472205	CAY-7921	
Maria Izilda Secundino dos Santos	048.615.938-83	690899105	GBG-3918	Cristiane a da Cunha Beltrame OAB/SP 103.039

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de ARARAQUARA que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista a interposição de demanda judicial na qual se discute o mérito do lançamento.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Valdete Nave ME	07.815.340/0001-10	693856658	EYR-4461	

No caso de parcelamento do débito, o pedido deverá ser feito junto ao Posto Fiscal de sua jurisdição.

Ressaltamos ainda que para o processo em referência não cabe mais recurso na esfera administrativa.

Findo o prazo acima, o processo será encaminhado para inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança judicial, bem como para a elaboração da Representação Criminal, sem prejuízo da inclusão dos dados do contribuinte no CADIN ESTADUAL, conforme Lei 12.799, de 11-10-2008.

Vale lembrar que após a inscrição na Dívida Ativa não haverá mais descontos na multa e o débito ainda será acrescido dos Honorários Advocatícios em 20%. Além disso, conforme o artigo 16 da Lei Federal 8.137/90, poderá haver o encaminhamento ao Ministério Público de Notícia de Crime contra a Ordem Tributária.

Posto Fiscal de Jundiái Comunicado

O Chefe do Posto Fiscal de Jundiái, tendo em vista o despacho proferido no âmbito do protocolado GDOC 97883-76384/2019, DETERMINA, amparado pelo disposto nos artigos 10, 11 e 32, todos da Portaria CAT 27/2015, que o interessado Fanoel da Roza - CPF 000.109.000-39, apresente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente publicação, instrumento de procuração do proprietário do veículo na data do pagamento, objeto do pedido de restituição.

Posto Fiscal de Mogi Guaçu Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) notificado(s) do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, o(s) contribuinte(s) ou responsável(is), sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa, deverá(ão) recolher o débito fiscal integralmente ou apresentar contestação, por escrito, ao Chefe da Unidade de Julgamento, que deve ser protocolizada no PF-12 - Mogi-Guaçu sito à Rua Dr. Silvio de Camargo, 91 - Jardim Carmen Lidia II, CEP 13847-121 - MOGI-GUAÇU - SP, conforme disposto no artigo 5º do Decreto 54.714/09, nos dias úteis e no horário das 09h às 16h30.

São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto as pessoas indicadas no § 2º do artigo 6º da Lei 13.296/08.

Os dados foram obtidos nos sistemas de informação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e/ou em documentos colhidos pela fiscalização.

Base de cálculo e alíquotas nos termos dos artigos 7º, 8º e 9º e 1º das Disposições Transitórias da Lei 13.296/08.

As tabelas de valor venal para os veículos usados foram publicadas no Diário Oficial do Estado - D.O, conforme:

Resolução SF - 73, de 25-11-2013, D.O. 26-11-2013, exercício 2014

Resolução SF - 83, de 19-11-2014, D.O. 20-11-2014, exercício 2015

Resolução SF - 81, de 26-11-2015, D.O. 28-11-2015, exercício 2016

Resolução SF - 90, de 24-11-2016, D.O. 30-11-2016, exercício 2017

Resolução SF - 106, de 29-11-2017, D.O. 30-11-2017, exercício 2018

Resolução SF - 123, de 27-11-2018, D.O. 30-11-2018, exercício 2019

Os Juros de Mora são calculados na forma da Lei 10.175/98 e aplicados conforme a Lei 13.296/08.

Acréscimos moratórios calculados nos termos do artigo 27 da Lei 13.296/08.

Nos casos em que houve pagamento parcial, após o prazo legal, o valor do imposto devido foi imputado, conforme § 1º do artigo 18 da Lei 13.296/08.

O valor do débito fiscal, a seguir discriminado, é válido para pagamento até o último dia útil do mês da data desta publicação. Após essa data, o valor será atualizado nos termos da legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador.

A não quitação dos débitos relacionados implicará a inscrição do nome do contribuinte ou responsável no CADIN ESTADUAL, nos termos da Lei 12.799/2008.

NOME CPF/CNPJ RENAVALI PLACA DO VEÍCULO Nº CONTROLE EXERCÍCIO IPVA MULTA JUROS

Claudilene Alves Generozo Alves 960.421.339-34 00790793695 CQH6450 310003374 2019 333,00 66,59 39,96 Claudilene Alves Generozo Alves 960.421.339-34 00790793695 CQH6450 310003374 2018 341,49 68,29 90,16

INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO

Extrato de Contrato

5º Termo de Aditamento ao Contrato.

Contratante: Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo.

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

Objeto do Aditamento: Prorrogação da vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, abrangendo agora o período de 01-09-2019 a 31-08-2020.

Objeto Contratual: Prestação de serviços de Informática - Sistema de Quitação Antecipada da Carteira Predial.

Processo IP.6675/2014

Dotação: 3.3.90.88.90 - Serviços de Tecnologia da Informação

Valor: R\$ 83.909,04 sendo o valor de R\$ 27.969,68 para o exercício de 2019, R\$ 55.939,36 para o exercício de 2020.

Data de assinatura: 30-08-2019.

Agricultura e Abastecimento

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução Conjunta SAA/SIMA-4, de 5-11-2019

Constitui Grupo de Trabalho para definição de estratégias estaduais para controle populacional do javali europeu (Sus scrofa)

Os Secretários de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente,

Considerando a Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

Considerando a Lei estadual 16.784/18, que proíbe a caça no Estado de São Paulo e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa IBAMA 12, de 25/3/2019, que decreta a nocividade do Javali e dispõe sobre o seu manejo e controle;

Considerando a Portaria Interministerial 232, de 28/6/17, do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (Sus scrofa) no Brasil - Plano Javali, estabelecendo seu objetivo geral, seus objetivos específicos, suas ações, prazo de execução, coordenação e monitoria, e

Considerando a Resolução Conjunta SAA/SMA 1, de 1º/8/2019, que estabelece procedimentos para o controle populacional, manejo ou erradicação da espécie exótica invasora javali-europeu, de nome científico Sus scrofa, em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, doravante denominados "javalis",

Resolvem:

Artigo 1º - Fica constituído, no âmbito das Secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente, Grupo de Trabalho para definição das estratégias estaduais a serem adotadas para realizar o controle populacional do javali no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho tem como objetivos:

I - definir áreas prioritárias específicas para o Estado de São Paulo, considerando áreas rurais privadas, unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a implementação de ações de controle e de prevenção da bioinvasão pelo javali;

II - estabelecer plano de ação geral de prevenção, controle e monitoramento do javali (Sus scrofa), em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, no Estado de São Paulo, na forma do Plano Estadual de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (Sus scrofa) - Plano Javali São Paulo;

III - este plano deve propor ações específicas de contenção da expansão territorial e demográfica da população do javali que levem à redução de seus impactos, especialmente em áreas prioritárias de interesse ambiental, social, econômico, conforme dispõe o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (Sus scrofa) no Brasil - Plano Javali;

IV - estabelecer rede de vigilância em sanidade animal, compreendendo critérios para transporte, coleta e análise de material biológico proveniente do javali.

Parágrafo único - De modo complementar, o Grupo de Trabalho poderá prestar apoio às seguintes atividades, ressalvadas as competências legais dos órgãos competentes:

I - estabelecer rede de vigilância epidemiológica em saúde pública, principalmente voltada à vigilância de doenças como Raiva e Febre Maculosa Brasileira, em relação ao javali;

II - regulamentar o destino de animais mortos oriundos das atividades de manejo populacional do javali;

III - regulamentar o uso de cães domésticos nas atividades de manejo do javali, como disposto pela IN IBAMA 12/2019;

IV - elaborar projetos- piloto de manejo do javali e captar recursos para sua implementação com base no mapa de áreas prioritárias para o Estado de São Paulo.

Artigo 3º - O Grupo de Trabalho de que trata o artigo 1º desta Resolução terá a seguinte composição:

§1º – pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

I - 1 representante titular e respectivo suplente, da Assessoria Técnica – AT do Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento;

II - 1 representante titular, e respectivo suplente, da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS;

III - 1 representante titular, e respectivo suplente, da Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA;

IV - 1 representante titular, e respectivo suplente, do Instituto Biológico – IB;

V - 1 representante titular, e respectivo suplente, do Instituto de Zootecnia - IZ;

VI - 1 representante titular, e respectivo suplente, do Instituto de Economia Agrícola -IEA;

§2º - Pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA:

I - 1 representante titular, e respectivo suplente, do Gabinete do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente;

II - 1 representante titular, e respectivo suplente, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB;

III - 1 representante titular, e respectivo suplente, da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal;

IV - 1 representante titular, e respectivo suplente, do Instituto Florestal;

V - 1 representante titular, e respectivo suplente, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.

§3º - Deverão ser convidados a compor o Grupo de Trabalho representantes, titular e respectivo suplente, de cada uma das seguintes instituições:

I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da Esalq/USP;

II - Secretaria da Saúde, por meio do seu Centro de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, Instituto Pasteur, Superintendência de Controle de Endemias e do Instituto Adolfo Lutz;

III - Secretaria de Segurança Pública, por meio da Polícia Militar Ambiental;

IV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, e

quinta-feira, 7 de novembro de 2019

V - Ministério do Meio Ambiente, por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

§4º - Os dirigentes de cada órgão que compõe o Grupo de Trabalho designarão seus respectivos representantes.

§5º - O Grupo de Trabalho poderá promover debates e convidar técnicos especialistas e entidades para tratar de questões específicas de suas respectivas áreas de conhecimento, para a consecução dos objetivos previstos no artigo 2º desta Resolução.

Artigo 4º - A participação no Grupo de Trabalho não será remunerada e será exercida sem prejuízo das atividades regulares de seus membros.

Artigo 5º - A coordenação executiva do Grupo de Trabalho será exercida pela Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 6º - O Grupo de Trabalho desenvolverá seus trabalhos pelo período de 2 anos, contados da publicação desta Resolução e deverá elaborar Planos de Trabalho Anuais, Relatórios Semestrais de Atividades e um Relatório Final, a serem entregues ao Secretários de Agricultura e Abastecimento e de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (PSAA 14.899/2018)

Resolução SAA-46, de 5-11-2019

Altera os anexos I e II das Resoluções SAA 38, de 24/9/2019, 44 de 18-10-2019 e 45, de 01-11-2019

O Secretário de Agricultura e Abastecimento resolve:
Artigo 1º - Ficam incluídos os servidores, a seguir nominados, nos Anexos I e II das Resoluções SAA 38, de 24/9/2019, 44, de 18-10-2019 e 45, de 1/11/2019 que define responsáveis pela análise e aprovação de Cadastros Ambientais Rurais – CAR e projetos de adequação ambiental de imóveis rurais no âmbito do Programa de Regularização Ambiental.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (PSAA 6.125/2019)

NOME	RG
Cláudio Hagime Funai	18.345.364-5
Fabiana Ferreira da Costa Gouvea	30.165.169-3
Rodrigo Luis Lemes	43.215.956-3
Rodrigo Baccan	25.320.941-9
Rolando Salomão Carvalho Custódio do Nascimento	29.311.029-3
Anexo II	

NOME	RG
André Luis Gonçalves da Silva	4.596.600-3
Caio Nascimento Fernandes	42.480.883-3
Carlos Eduardo Rosa	44.774.541-4
Daniel Ferreira Martins Pio	25.747.214-9
Edgar Bortoli dos Santos	20.732.336-7
Edson Augusto Razente	0.855.575-3-MT
Edson Tadashi Savazaki	15.609.335-2
Eduardo Caminero Gomes	11.335.559-2
Hideki Tanaka	15.661.552-6
Janaina Tonolli	33.148.678-7
João Marcos Corrêa Zuin	10.577.543-5
Marcelo Leonardo	20.986.120-4
Marcio Antônio Castilho	16.101.299-1
Maria de Fátima Santos Cardoso	18.225.969-9
Maurício da Conceição Barbosa	10.625.835-3
Patrícia Estevam	25.779.380-X
Robinson Antonio Pitton	13.499.625
Wagner Ticianelli	19.199.279-3

FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA – FEAP

Termo Aditivo de Convênio
Processo SAA 2010/2019
Partícipes: Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Banco do Brasil S.A.

Objeto: Estabelecer as condições necessárias à administração, pelo Banco do Brasil, de subconta do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/Banagro, destinada aos recursos relativos à concessão de subvenções do Prêmio de Seguro, no âmbito do Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural.

Decreto 63.280, de 19-03-2018

Parecer CJ 527/2019